

BLUMER, Herbert. Sociedade como Interação Simbólica. Tradução de Raoni Borges Barbosa. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n. 46, p. 14-22, abril de 2017 ISSN 1676-8965.

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

## Sociedade como Interação Simbólica

Society as Symbolic Interaction

*Herbert Blumer*

Traduzido por *Raoni Borges Barbosa*

Recebido: 02.11.2017

Aprovado: 04.11.2017

**Resumo:** Blumer apresenta, neste ensaio, a postura da interação simbólica a partir de como esta escola teórico-metodológica define a sociedade, o indivíduo e o processo tenso e indeterminado de construção e mudança social que se desdobra na interação entre seres humanos em jogo comunicacional. Nesse sentido, o autor discorre sobre a contribuição de autores como Mead e Park para a construção de um pensamento social que considera os seres humanos em sociedade como possuidores de um self e como unidades actanciais reflexivas que agem em situações sociais, interpretando os objetos sociais e as ações reciprocamente direcionadas. Blumer afirma, com isso, que o comportamento social, individual e coletivo, e o self, constituem construções sociais produtos de interação simbólica; e não seriam meros reflexos de uma estrutura ou organização social dada e tida como externa aos indivíduos, como postula a perspectiva sociológica tradicional. **Palavras-chaves:** interação simbólica, ação social, self, processo interpretativo, comportamento social

**Abstract:** Blumer presents in this essay the posture of symbolic interaction from how this theoretical-methodological school defines the society, the individual and the tense and undetermined process of social construction and social change that unfolds in the interaction between human beings in communicational play. In this sense, the author discusses a contribution of authors such as Mead and Park to a construction of a social thought that considers human beings in a society as the owners of a self and as the units of reflection that act in social situations, interpreting the social objects and the reciprocally directed actions. Blumer states, therefore, that the social behavior, individual and collective, and the self constitute social constructions as products of symbolic interaction; And are not, as the traditional sociological perspective postulates, mere reflections of a given social structure or organization which is regarded as external to individuals. **Keywords:** symbolic interaction, social action, self, interpretation process, social behavior

A visão da sociedade humana como interação simbólica tem sido mais irrefletidamente reproduzida do que criteriosamente formulada<sup>1</sup>. De forma parcial e geralmente fragmentária, afirmações sobre a interação simbólica são encontradas nos escritos de um número considerável de pesquisadores eminentes, alguns da área da sociologia e alguns de outras áreas. Entre os mais antigos que podemos encontrar no campo da sociologia estão nomes como Charles Horton Cooley, W. I. Thomas, Robert E. Parks, E. W. Burgess, Florian Zaniecki, Ellsworth Faris e James Mickel Williams. Entre aqueles de fora da disciplina podemos citar William James, John Dewey e George Herbert

<sup>1</sup>Texto extraído do livro de Herbert Blumer, *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. California / Berkley / England: University of California Press, 1969, capítulo 3: "Society as Symbolic Interaction".

Mead. Nenhum destes pensadores, de acordo com o meu julgamento, tem apresentado uma afirmação sistemática sobre a natureza da vida do agrupamento humano da perspectiva da interação simbólica. Mead destaca-se entre todos eles em expor as premissas fundamentais desta abordagem teórica, muito embora ele tenha feito pouco para desenvolver as implicações metodológicas da mesma para o estudo sociológico. Estudantes que buscam retratar a posição da interação simbólica podem facilmente oferecer dela diversas imagens. O que eu tenho para apresentar pode ser considerado como a minha versão pessoal. Meu objetivo é apresentar as premissas básicas desta perspectiva a desenvolver suas consequências metodológicas para o estudo da vida coletiva humana.

O termo “interação simbólica” se refere ao caráter peculiar e distinto da interação tal qual esta ocorre entre seres humanos. A peculiaridade consiste no fato de que seres humanos interpretam ou “definem” as ações recíprocas do outro relacional, ao invés de meramente reagir às ações reciprocamente direcionadas. A “resposta” deles não é feita diretamente sobre as ações uns dos outros, mas, em vez disso, é baseada no sentido que eles atribuem a tais ações. Assim, a interação humana é mediada pelo uso de símbolos, pela interpretação, ou pelo exercício assertivo do sentido de ações reciprocamente direcionadas. Esta mediação é equivalente a inserir um processo de interpretação entre o estímulo e a resposta no caso do comportamento humano.

O mero reconhecimento de que os seres humanos interpretam as ações reciprocamente direcionadas como os significados do agir em direção uns aos outros tem permeado o pensamento e os escritos de muitos pesquisadores da conduta e da vida coletiva humana. Muito embora ainda poucos deles tenham se aventurado a analisar o que tais interpretações implicam sobre a natureza do ser humano ou sobre a natureza da associação humana. Estes pesquisadores geralmente se satisfazem com o reconhecimento simplista de que a ‘interpretação’ deve ser levada em conta pelo estudante, ou com a consideração também simplista de que os símbolos - tais como as normas e valores culturais - devem ser introduzidos em suas análises. De acordo com o meu julgamento, apenas G. H. Mead buscou refletir sobre o que o ato de interpretar implica para o entendimento do ser humano, da ação e da associação humanas. O essencial em sua análise é de tal forma penetrante e profundo e tão importante para o entendimento da vida humana em grupo que eu desejo criticamente abordá-lo, ainda que brevemente.

O momento central na análise de Mead consiste na assertiva de que o ser humano tem um self. Esta ideia não pode ser posta de lado como algo esotérico ou tratada superficialmente como algo óbvio e que, portanto, não merece atenção. Ao declarar que o ser humano possuiu um self, Mead tinha em mente, principalmente, a noção de que o ser humano pode ser o objeto de suas próprias ações. Ele pode agir em direção a si mesmo, assim como pode agir em direção a outros. Cada um de nós está familiarizado com ações deste tipo, em que os seres humanos se irritam e se enraivecem consigo próprios, repreendem-se a si ou se orgulham de si mesmos, argumentam consigo, buscam superar suas noções e limites de coragem, contam a si mesmos que deveriam “fazer isto” ou não “fazer aquilo”, estabelecem metas para si mesmos, assumem compromissos consigo e planejam suas trajetórias a curto e longo prazo. O fato de que o ser humano age em direção a si mesmo nestas e em outras infinitas formas é uma questão de fácil observação empírica. Reconhecer que o ser humano pode agir em direção a si mesmo não se trata de uma conjuração mística.

Mead considera esta habilidade do ser humano para agir em direção a si mesmo como o mecanismo central com o qual o ser humano encara e lida com o mundo. Este mecanismo capacita o ser humano a fazer indicações a si mesmo de coisas ao seu redor e, assim, a guiar suas ações a partir do que ele percebe. Qualquer coisa da qual o ser humano é consciente é algo que ele próprio indica a si mesmo – o caminhar dos ponteiros de um

relógio, o bater em uma porta, a aparência de um amigo, a observação feita por um companheiro, o reconhecimento de que ele tem uma tarefa a cumprir, ou mesmo a percepção de que ele está com frio. Inversamente, qualquer coisa da qual ele não está consciente é, ipso facto, algo que ele não está indicando a si próprio. A vida consciente do ser humano, desde o momento em que ele acorda até o adormecer, constitui um fluxo contínuo de auto-indicações – percepções das coisas com as quais ele lida e leva em consideração. Uma imagem do ser humano nos é dada, então, como um organismo que confronta seu mundo com um mecanismo de produção de auto-indicações. Este é o mecanismo envolvido na interpretação das ações dos outros. Interpretar as ações dos outros é indicar a si mesmo que a ação tem este ou aquele significado ou caráter.

De acordo com Mead, o significado da produção de auto-indicações é de fundamental importância. A importância reside em duas linhas. Primeiramente, indicar algo implica em extraí-lo da sua configuração, em retirá-lo para o lado, em atribuir-lhe significado ou, em linguagem meadiana, em transformá-lo em um objeto. Um objeto, - isto quer dizer, alguma coisa que o indivíduo indica a si mesmo -, é diferente de um estímulo; ao invés de possuir um caráter intrínseco que atua sobre o indivíduo e que pode ser identificado independentemente ao indivíduo, seu caráter ou significado é atribuído pelo indivíduo. O objeto é um produto da disposição individual para agir, ao invés de ser um estímulo antecedente que evocasse a ação. Em vez de ser o indivíduo rodeado por um ambiente de objetos pré-existentes, que atuariam sobre ele e que conduziriam seu comportamento, a imagem em si deste ambiente constitui uma construção de seus objetos em consonância com suas atividades em desenvolvimento. Em algum de seus incontáveis atos, - indiferente se um ato menor, como o vestir-se, ou maior, como organizar-se para uma carreira profissional -, o indivíduo designa diferentes objetos para si mesmo, atribuindo-lhe significados, julgando a adequabilidade destes em relação à sua ação, e produzindo decisões com base em sua apreciação e valoração do mundo. Isto vem a ser o significado do ato de interpretar ou agir de acordo com o uso de símbolos.

A segunda importante implicação do fato de que o ser humano produz auto-indicações consiste em sua ação ser construída ou desenvolvida, ao invés de ser um mero reflexo a estímulos externos. Indiferente a ação na qual está engajado, o indivíduo humano procede auto-indicando a si mesmo as coisas divergentes que devem ser levadas em consideração no curso de sua ação. Ele tem que perceber o que ele quer realizar e como ele o quer realizar; ele tem que auto-indicar a si mesmo as várias condições que podem ser instrumentais à sua ação e aquelas que podem obstruir sua ação; ele deve considerar as exigências, as expectativas, as proibições e as ameaças que podem surgir na situação em que ele organiza o agir. Sua ação se acumula passo a passo mediante tal processo de auto-indicações. O indivíduo humano compõe parte por parte e conduz sua ação no exercício reflexivo de considerar as diferentes coisas e interpretá-las segundo seus significados atribuídos em relação à sua ação prospectiva. Não há instância da ação consciente em que esta assertiva não seja verdadeira.

O processo de construção da ação mediante auto-indicações não pode ser reduzido ou integrado em nenhuma categoria psicológica convencional. Este processo é distinto e diferente do que é tido como o “ego” - da mesma forma que é diferente de qualquer outro conceito que concebe o self em termos de composição ou organização. A auto-indicação é um processo comunicativo dinâmico em que o indivíduo percebe coisas, acessa estas coisas, lhes atribui significados e decide agir em consonância com estes significados. O ser humano levanta-se contra o mundo, ou contra “alteridades”, com tal processo e não meramente com um ego. Além disso, o processo de auto-indicação não pode ser subsumido às forças, indiferente se do interior ou do exterior, que presumivelmente atuam sobre o indivíduo de modo a produzir seu comportamento. Pressões ambientais, estímulos

externos, movimentos orgânicos, desejos, atitudes, sentimentos, ideias, e outras forças semelhantes não cobrem ou explicam o processo de auto-indicação. O processo de auto-indicação levante-se contra estas forças na medida em que o indivíduo indica a si mesmo e interpreta a aparência ou expressão de tais coisas, percebendo uma dada exigência social que lhe é dirigida, reconhecendo uma ordem, observando que está faminto, dando-se conta de que deseja comprar algo, tomando consciência de que cultiva um dado sentimento, de que desaprova comer com alguém que despreza ou, ainda, que pensa em fazer alguma coisa específica. Em virtude de auto-indicar a si mesmo tais coisas, ele levanta-se contra e faz-se capaz de agir contra as mesmas, aceitando-as, rejeitando-as, ou transformando-as de acordo com a maneira como as define ou as interpreta. Seu comportamento, dessa forma, não consiste em um resultado de tais coisas como pressões ambientais, estímulos, motivações, atitudes e ideias, mas emerge, em vez disso, de como ele interpreta e lida com estas coisas no curso da ação que está construindo. O processo de auto-indicação mediante atribuição de sentidos, que forma a ação humana, não pode ser contabilizado no conjunto dos fatores que precedem o agir. O processo de auto-indicação existe independentemente e deve ser aceito e estudado como tal. Mediante este processo o ser humano constrói sua ação consciente.

Mead reconhece que a formação da ação pelo indivíduo mediante o processo de auto-indicação sempre ocorre em um contexto social. Desde que essa questão é de vital importância para o entendimento da interação simbólica, ela precisa ser cuidadosamente explicada. Fundamentalmente, a ação coletiva toma forma de um conjunto integrado de linhas individuais de ação. Cada indivíduo alinha sua ação às ações dos outros mediante a averiguação do que estes outros realizam ou pretendem realizar - isto é, mediante a captação do sentido de suas ações. Para Mead, isto é realizado pelo “assumir o papel” dos outros por parte do indivíduo - tanto o papel de uma pessoa específica ou o papel do grupo (o “outro generalizado” de Mead). Ao assumir estes papéis, o indivíduo busca averiguar as intenções ou direções das ações dos outros. Ele forma e alinha suas próprias ações sobre a base de tais interpretações das ações dos outros. Este é o caminho fundamental pelo qual a ação coletiva se desdobra na sociedade humana.

O exposto acima constitui as características essenciais, da forma que as vejo, na análise meadiana das bases da interação simbólica. Elas pressupõem o seguinte: que a sociedade humana é formada por indivíduos que possuem selves (isto é, que produzem indicações para si mesmo); que a ação individual é uma construção e não um reflexo, sendo formado pelo indivíduo mediante a percepção e interpretação de características das situações em que ele age; que a ação grupal ou coletiva consiste no alinhamento de ações individuais, produzidas pelos indivíduos que interpretam ou levam em consideração ações reciprocamente dirigidas. Desde que meu propósito é apresentar e não defender a posição da interação simbólica, eu não me aventurarei, neste ensaio, a avançar na defesa das três premissas que justamente acabo de indicar. Desejo meramente afirmar que as três premissas podem facilmente ser empiricamente verificadas. Eu não conheço qualquer instância da ação humana coletiva para a qual as três premissas não sejam aplicáveis. O leitor é desafiado a encontrar ou pensar em uma única instância em que isto não seja verdadeiro.

Gostaria agora de enfatizar que as concepções sociológicas da sociedade humana estão, em geral, marcadamente em desacordo com as premissas que indiquei sublinharem a interação simbólica. Com efeito, o número predominante de tais concepções, especialmente aqueles em voga atualmente, não veem ou tratam a sociedade humana como interação simbólica. Associadas, como elas tendem a ser, com algum tipo de determinismo sociológico, elas adotam imagens da sociedade humana, e dos indivíduos na sociedade, e da ação grupal, que não se enquadram com as premissas da interação simbólica. Nesse

sentido, gostaria de dizer algumas poucas palavras sobre os maiores marcadores de diferença entre uma concepção simbólico-interacionista e uma concepção sociológica tradicional de sociedade humana.

O pensamento sociológico raramente reconhece ou trata as sociedades humanas como compostas por indivíduos que tem selves. Ao invés disso, elas entendem o ser humano como mero organismo com algum tipo de organização, respondendo à forças que atuam sobre ele. Geralmente, muito embora não exclusivamente, estas forças são alojadas na composição da sociedade, como no caso do “sistema social”, da “estrutura social”, da “cultura”, do “status posição”, do “papel social”, do “costume”, da “instituição”, da “representação coletiva”, da “situação social”, da “norma social” e dos “valores”. A suposição é a de que o comportamento das pessoas como membros de *uma sociedade* consiste em uma expressão da atuação sobre eles destes tipos de fatores ou forças. Esta é, obviamente, a posição lógica que é necessariamente tomada quando um pesquisador explica o comportamento ou fases dos comportamentos das pessoas em termos de um ou de outro de tais fatores sociais. Os indivíduos que compõem uma sociedade humana são tratados como um meio através do qual tais fatores operam, e a ação social de tais indivíduos é considerada como uma expressão destes fatores. Esta abordagem ou perspectiva nega, ou ao menos ignora, que os seres humanos possuem selves - que eles agem produzindo indicações para si mesmo. Incidentalmente, o “self” não é trazido à discussão quando da introdução de noções como impulsos orgânicos, motivos, atitudes, sentimentos, fatores sociais internalizados, ou componentes psicológicos. Estes fatores psicológicos tem o mesmo status que os fatores sociais mencionados: eles são considerados como fatores que atuam sobre o indivíduo para produzir a sua ação. Eles, assim, não constituem o processo de auto-indicação do self. O processo de auto-indicação do self levanta-se contra estes fatores, assim como ele também se levanta contra os fatores sociais que atuam sobre o ser humano. Praticamente todas as concepções sociais de sociedade humana falham em reconhecer que os indivíduos que compõem a sociedade possuem um self no sentido como este conceito foi discutido.

Correspondentemente, tais concepções sociológicas não consideram as ações sociais dos indivíduos na sociedade humana como sendo construídas por eles mediante processos de interpretação. Ao invés disso, a ação é tratada como um produto de fatores que atuam sobre e através dos indivíduos. O comportamento social das pessoas não é visto como desenvolvido por eles mediante uma interpretação de objetos, de situações, ou de ações de outros. Se algum espaço é dado à “interpretação”, esta é meramente considerada como expressão de outros fatores (tais como motivos) que precedem o ato, e, por conseguinte, desaparece enquanto fator independente. Consequentemente, a ação social das pessoas é tratada como um fluxo externo ou como expressão de forças atuando sobre os indivíduos, mais do que como atos que são construídos pelas pessoas através de suas interpretações das situações em que estão situadas e engajadas.

Estas observações sugerem outra linha significativa de diferença entre a perspectiva sociológica geral e a posição da interação simbólica. Estes dois conjuntos de perspectivas diferem quanto ao local onde eles alojam a ação social. Sob a perspectiva da interação simbólica, a ação social é alojada nos indivíduos agentes que preenchem suas respectivas linhas de ação reciprocamente orientadas mediante um processo de interpretação; a ação grupal consiste é a ação coletiva de tais indivíduos. Em oposição à esta perspectiva, concepções sociológicas geralmente alojam a ação social na ação da sociedade ou em alguma unidades da sociedade. Exemplos disso existem em abundância. Cito alguns poucos. Algumas concepções, ao tratar sociedades ou agrupamentos humanos como “sistemas sociais”, consideram a ação grupal como uma expressão de um sistema, seja em um estado de equilíbrio ou em busca deste equilíbrio. Ou ainda a ação grupal é

concebida como uma expressão das “funções” de uma sociedade ou de um grupo. Ou a ação grupal é considerada como a expressão externa de elementos alojados na sociedade ou no grupo, tais como exigências culturais, demandas sociais, valores sociais, ou pressões institucionais. Estas concepções típicas ignoram ou descartam a perspectiva sobre a vida grupal ou sobre a ação grupal como consistindo em ações coletivas ou ações concertadas de indivíduos que perseguem suas respectivas situações de vida. Quando reconhecidos desta forma, os esforços das pessoas em desenvolver ações coletivas na busca de suas situações são subsumidos sob a atuação de forças subterrâneas ou transcendentais que são alojadas na sociedade ou em suas partes. Os indivíduos compõem a sociedade ou o grupo se tornam “portadores” ou meios para a expressão de tais forças; e o comportamento interpretativo mediante o qual as pessoas formam suas ações é meramente uma ligação coagida no jogo destas forças.

A indicação destas linhas de diferença, acima mencionadas, deve ajudar a colocar a posição da interação simbólica em uma perspectiva mais inteligível. Na discussão restante, pretendo esboçar mais completamente o modo como a sociedade humana aparece em termos da interação simbólica e, ato contínuo, enfatizar as implicações metodológicas desta perspectiva teórica.

A sociedade humana deve ser vista como consistindo de pessoas em interação, e a vida da sociedade deve ser vista como consistindo de suas ações. As unidades actanciais podem ser indivíduos separados, coletividades cujos membros estão agindo conjuntamente sobre uma questão comum, ou organizações agindo a partir de uma constituição. Exemplos respectivos são compradores no mercado, uma banda musical ou missionária, e uma corporação empresarial ou uma associação nacional de professores. Não há atividade empiricamente observável na sociedade humana que não emerge de tal unidade actancial. Esta afirmação banal precisa ser enfatizada à luz da prática sociológica comum de reduzir a sociedade humana a unidades sociais que não agem – como, por exemplo, às classes sociais, na sociedade moderna. Obviamente existem outras formas de ver a sociedade que não em termos das unidades actanciais que a compõem. Eu desejo meramente enfatizar que, em relação à atividade concreta ou empírica, a sociedade humana deve necessariamente ser vista em termos das unidades actanciais que a formam. Eu ainda afirmaria que qualquer esquema de sociedade humana que pretenda ser uma análise realista tem que respeitar e ser congruente com o reconhecimento empírico de que a sociedade humana consiste em de unidades actanciais.

Ênfase correspondente deve ser dada às condições sob as quais as unidades actanciais desenvolvem suas ações. Uma primeira condição consiste no fato de que ação ocorre em e a partir de considerações sobre uma situação. Indiferente qual seja a unidade actancial, - um indivíduo, uma família, uma escola, uma igreja, uma firma comercial, um sindicato trabalhista, uma legislatura, e assim por diante -, qualquer ação particular é formada à luz da situação na qual ocorre. Isto implica o reconhecimento de uma segunda grande condição, notadamente a de que a ação é formada ou construída mediante a interpretação da situação. A unidade actancial tem necessariamente que identificar os objetos que tem que considerar - tarefas, oportunidades, obstáculos, significados, exigências, desconfortos, perigos e outros fatores semelhantes da situação; a unidade actancial tem que acessá-los de alguma forma e tem que, ato contínuo, produzir decisões com base nessa interpretação. Este comportamento interpretativo pode ocorrer no indivíduo que guia a sua própria ação, em uma coletividade de indivíduos agindo conjuntamente, ou em “agentes” agindo a partir de um grupo ou de uma organização. A vida grupal consiste em unidades actanciais desenvolvendo ações para gerar a situação na qual elas estão situadas.

A maioria das situações encontradas pelas pessoas em uma dada sociedade é geralmente por elas definidas ou “estruturadas” da mesma forma. Mediante interações prévias as pessoas desenvolvem e adquirem entendimentos comuns de como agir nesta ou naquela situação. Estas definições comuns capacitam as pessoas a agirem de forma semelhante. O comportamento repetitivo comum das pessoas em tais situações não deveria confundir o estudante na crença de que nenhum processo de interpretação está em jogo; pelo contrário, muito embora fixado, as ações das pessoas participantes são construídas por elas mediante um processo de interpretação. Desde que definições previamente elaboradas e comumente aceitas estão à disposição, pouca ênfase é dada sobre as pessoas guiando e organizando suas ações. Contudo, muitas outras situações podem não ser definidas de uma forma única pelas pessoas em jogo interacional. Em tal evento, suas linhas de ação não se encaixam pronta e reciprocamente, de modo que a ação coletiva é bloqueada. Interpretações devem ser desenvolvidas e acomodações afetivas devem ser reciprocamente elaboradas pelos participantes da interação. No caso de tais situações “não definidas”, faz-se necessário investigar e estudar o processo emergente de definição que é usado no jogo interacional.

Na medida em que sociólogos ou estudantes da sociedade humana estão preocupados com o comportamento das unidades actanciais, a posição da interação simbólica exige do estudante compreender o processo de interpretação mediante o qual elas constroem suas ações. Este processo não é apreendido meramente ao se enfatizar suas condições antecedentes. Tais condições antecedentes auxiliam o entendimento do processo na medida em que concorrem para a sua possível realização, contudo, como já foi anteriormente mencionado, não constituem o processo. Da mesma forma que não se pode compreender o processo meramente pela inferência da sua natureza a partir da ação da qual é produto. No entendimento do processo, o estudante deve assumir o papel da unidade actancial cujo comportamento ele estuda. Desde que a interpretação é produzida pela unidade actancial em termos de objetos designados e avaliados, significados adquiridos, e decisões produzidas, o processo deve ser visto da perspectiva da unidade actancial. É o reconhecimento deste fato que faz o trabalho de pesquisa de pesquisadores como R. E. Park e W. I. Thomas tão notável. Tentar apreender o processo interpretativo permanecendo distante, como o assim chamado observador “objetivo”, e recusando-se a assumir o papel da unidade actancial, isto significa arriscar-se ao pior tipo de subjetivismo - o observador objetivo é semelhante ao exercício de preencher o processo de interpretação com suas próprias premissas, ao invés de compreender o processo como este ocorre na experiência da unidade actancial que o executa.

Em geral, é claro, os sociólogos não estudam a sociedade em termos de suas unidades actanciais. Em vez disso, eles tendem a observar a sociedade humana em termos de estrutura ou organização e a abordar a ação social como expressão de tal estrutura ou organização. Assim, define-se uma dependência em relação a tais categorias estruturais como sistema social, cultura, normas, valores, estratificação social, posições sociais e status, papéis sociais e organização institucional. Estas categorias são usadas tanto para analisar a sociedade humana como para explicar a ação social no interior da mesma. Outro interesse maior para os pesquisadores em sociologia centra-se em torno do tema focal da organização. Uma linha de interesse é definir a organização em termos das funções que esta supostamente executa. Outra linha de interesse é estudar a organização societal como um sistema em busca de equilíbrio; aqui o pesquisador aventura-se a detectar mecanismos que são inerentes ao sistema. Outra linha de interesse é identificar as forças que atuam sobre a organização, transformando-a; aqui o pesquisador esforça-se, especialmente mediante estudos comparativos, a isolar uma relação entre fatores causais e resultados estruturais. Estas várias linhas de perspectivas e interesses sociológicos, - que se

apresentam atualmente tão fortemente entrincheiradas -, saltam sobre as unidades actanciais da sociedade e ignoram o processo interpretativo mediante o qual as unidades actanciais elaboram suas ações.

Estas respectivas preocupações com a organização, por um lado, e com as unidades actanciais, por outro lado, colocam a diferença essencial entre as perspectivas convencionais da sociedade humana e a perspectiva sobre a mesma implicada na interação simbólica. Esta última perspectiva reconhece a presença da organização na sociedade humana e respeita a sua importância. Contudo, percebe e aborda a organização de forma diferente. Esta diferença se coloca em duas linhas centrais. Primeiro, da perspectiva da interação simbólica, a organização de uma sociedade humana constitui a moldura no interior da qual a ação social ocorre e não constitui o determinante desta ação social. Segundo, tal organização e as mudanças em seu interior são produtos da atividade de unidades actanciais e não de “forças” externas às unidades actanciais. Cada uma dessas duas linhas centrais de diferença deve ser brevemente explicada, de forma que possa obter um melhor entendimento de como a sociedade humana se apresenta em termos de interação simbólica.

Da perspectiva da interação simbólica a organização social é a moldura no interior da qual as unidades actanciais desenvolvem suas ações. Fatores estruturais, como “cultura”, “sistemas sociais”, “estratificação social”, ou “papeis sociais”, colocam condições para as suas ações, mas não as determinam. As pessoas - isto é, unidades actanciais - não agem em relação à cultura, à estrutura social ou coisa semelhante; eles agem em relação às situações. A organização social entra na ação somente na medida em que esta modela as situações nas quais as pessoas agem, e também na medida em que esta oferece conjuntos estabelecidos de símbolos utilizados pelas pessoas na interpretação de suas situações. Estas duas formas de influência da organização social são importantes. No caso de sociedades sedentárias e estabelecidas, tais como tribos primitivas isoladas e comunidades camponesas, esta influência certamente se faz sentir de forma profunda. No caso de sociedades humanas, particularmente sociedades modernas, em que correntes de novas situações emergem e situações previamente definidas são desestabilizadas, decresce a influência da organização. Deve-se ter em mente que o mais importante elemento a confrontar uma unidade actancial em situações consiste nas ações de outras unidades actanciais. Em sociedades modernas, com o aumento e a complexificação dos cruzamentos de linhas de ação, é comum a emergência de situações nas quais as ações dos participantes não se encontram previamente regularizadas e estandardizadas. Nestas medidas, a organização social existente não conforma as situações. Correspondentemente, os símbolos ou ferramentas de interpretação, utilizados pelas unidades actanciais em tais situações, pode consideravelmente variar e se deslocar. Por estas razões, ações sociais podem ultrapassar ou mesmo afastar-se da organização social existente em qualquer uma de suas dimensões estruturais.

Talvez a mais excepcional das consequências da definição da sociedade humana como organização consiste em negligenciar o papel das unidades actanciais nos processos de mudança social. O procedimento convencional dos sociólogos é (a) identificar a sociedade humana (ou alguma parte dela) em termos de uma forma organizada ou estabelecida, (b) identificar algum fator ou condição de mudança social que atua sobre a sociedade humana ou alguma de suas partes, e (c) identificar a nova forma assumida pela sociedade na observação de como atua o fator da mudança. Tais apontamentos permitem ao estudante elaborar proposições sobre como o efeito de um dado fator de mudança, atuando sobre uma dada forma de organização social, resulta em uma organização social nova. Exemplos variando das afirmações gerais às refinadas abundam, tais como a afirmação de que uma depressão econômica aumenta a solidariedade nas famílias



trabalhadoras ou de que a industrialização substituiu a família extensa pela família nuclear. Minha preocupação, aqui, não se volta à validade de tais afirmações, mas à posição metodológica que estas mesmas pressupõem. Essencialmente, estas proposições ou ignoram o papel do comportamento interpretativo das unidades actanciais em uma dada instância da mudança social, ou consideram o comportamento interpretativo como coagido pelo fator de mudança. Eu gostaria de enfatizar que cada linha de mudança social, desde que ela envolve mudanças na ação humana, é necessariamente mediada pela interpretação realizada pelas pessoas atingidas pela mudança - a mudança aparece na forma de novas situações nas quais as pessoas as pessoas tem que construir novas formas de ação. Também, e de acordo com o já anteriormente exposto, interpretações de novas situações não são predeterminadas por condições antecedentes às situações, mas dependem do que se leva em consideração e do que é acessado na situação atual em que o comportamento é formado. Variações na interpretação podem prontamente ocorrer na medida em que diferentes unidades actanciais percebem diferentes objetos na situação, ou avaliam diferentemente os objetos que percebem, ou, ainda, associam diferentemente os objetos em modelos e conjuntos semânticos. Na formulação de proposições sobre mudança social, seria correto reconhecer que cada linha da mudança é mediada por unidades actanciais interpretando as situações com as quais são confrontadas.

Os estudantes da sociedade humana têm que se confrontar com a questão concernente ao fato de se as suas preocupações com categorias de estrutura ou organização podem ser enquadradas com o processo interpretativo mediante o qual os seres humanos, individualmente ou em grupo, agem na sociedade humana. É a discrepância entre as duas posturas teórico-metodológicas que flagela os estudantes em seus esforços de atingir proposições científicas do tipo que são adquiridas nas ciências naturais e biológicas. Esta discrepância, além disso, é a principal responsável por suas dificuldades em elaborar proposições hipotéticas sobre novas matrizes de dados empíricos. Esforços são feitos, é claro, para superar estas limitações a partir da construção de novas categorias estruturais, da formulação de novas hipóteses estruturais, do desenvolvimento de técnicas de pesquisa mais refinadas, e ainda, da formulação de novos esquemas metodológicos de um caráter estrutural. Estes esforços continuam a ignorar ou a explicar, sem a devida consideração, o processo interpretativo mediante o qual as pessoas agem, individualmente ou coletivamente, em sociedade. A questão que permanece é se a sociedade humana ou a ação social pode ser analisada de forma bem sucedida a partir de esquemas que refutam o reconhecimento dos seres humanos tais como eles são de fato, isto é, como pessoas construindo ações individuais ou coletivas mediante a interpretação das situações com as quais elas são confrontadas.

